

O regulamento DORA vai afetar indiretamente a mediação por via das exigências das seguradoras, defenderam os especialistas no Fórum Nacional de Seguros. Assista aqui ao painel.

No painel “DORA: Como podem agentes e corretores não perder o comboio digital”, no Fórum Nacional de Seguros 2026, Leandro Fernandes, CEO da Iluni, Diogo Oliveira, Diretor Comercial na Segup, e Hugo Gonçalves, CEO da Libax, discutiram o impacto do Regulamento DORA sobre a mediação de seguros. A conclusão foi que mesmo quem não está diretamente obrigado por lei vai acabar por sentir o peso da norma.



João Veiga, CEO da Elysian Consulting, moderou o painel que reuniu Leandro Fernandes, CEO da Iluni, Diogo Oliveira, Diretor Comercial na Segup, e Hugo Gonçalves, CEO da Libax, e onde foi discutido o papel do regulamento DORA no setor segurador.

Leandro Fernandes explicou que o mecanismo: “não impacta diretamente a grande maioria da mediação, mas existe um efeito cascata. Se uma seguradora tem de garantir a resiliência dos seus processos, e nos seus processos inclui o canal de distribuição, vai solicitar evidência de que os dados e processos transferidos para o mediador cumprem aquilo que a norma exige. Um mediador que trabalha com uma seguradora estará, por inerência, sujeito a cumprir determinados requisitos.” Ainda assim, encara a exigência como oportunidade: “para repensar os seus processos e munir-se das ferramentas certas.”

Diogo Oliveira confirmou que a Segup ainda não é diretamente abrangida pelo DORA, mas prefere não esperar pela obrigação legal para agir. “Vejo sempre uma oportunidade para começarmos a repensar os processos, a repensar as nossas medidas de segurança e a identificar as nossas falhas, preparando-nos desde já para quando atingirmos uma dimensão maior e o DORA nos passar a obrigar”, afirmou. Para o Diretor Comercial, o regulamento acaba por ter um efeito indireto também sobre a relação com fornecedores: “é uma oportunidade de melhoria, de repensarmos os nossos processos e de exigirmos mais aos nossos prestadores de software.”

Hugo Gonçalves trouxe a perspetiva de quem já enfrenta exigências concretas por parte das seguradoras. “A legislação é daqueles pontos que ninguém pode fugir, por várias razões, mas principalmente, neste caso, por razões de segurança”, começou por dizer. “Se um sistema como o da Libax estiver comprometido, é fácil para um pirata informático ter acesso direto às companhias. Por isso, os nossos sistemas têm de estar robustos e seguros, e temos de documentar essa segurança.” Segundo o CEO, a empresa até já contratou uma consultora externa especializada, depois de uma seguradora ter exigido um conjunto alargado de requisitos de segurança, desde prazos de resposta a falhas, até protocolos de notificação em caso de ataque.

[Veja aqui](#) na íntegra o painel que reúne Leandro Fernandes, CEO da Iluni, Diogo Oliveira, Diretor Comercial na Segup, e Hugo Gonçalves, CEO da Libax.

Fonte: ECO Seguros, em 20.07.2026.